AACRH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 28.062.109/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.
(Valores expressos em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AACRH Participações S.A. ("Companhia") com CNPJ nº 28.062.109/0001-72, teve sua conversão de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado em 12 de fevereiro de 2025. Está domiciliada no Brasil com sede na Rua São Paulo, nº 2.444 – 1º Andar, Box 05, Blumenau (SC). A Companhia tem como atividade preponderante a participação no capital de outras empresas na condição de sócia, acionista ou quotista como controladora ou minoritária em caráter permanente ou temporário.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia e suas controladas apresentam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de maio de 2026.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras incluem são:

a) Ativos
Reconhecidos ao custo de aquisição, ajustados ao valor recuperável, quando aplicável

b) Investimento
Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
As políticas contábeis das controladas são alteradas quando há necessidade de assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia controladora.

c) Imobilizado e intangível
Os itens de ativo imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas por valor recuperável (*Impairment*) e da depreciação e amortização acumuladas conforme aplicável, quando existentes.

d) Receita de contrato com cliente
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços, deduzidos de quaisquer devoluções, descontos e outros congêneres similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre controladora e as controladas.

4. DIREITOS REALIZÁVEIS

	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Contas a receber	-	-	67.151	61.665
Crédito com partes relacionadas	38.000	1.505	20	-
Estoques	-	-	270.533	215.129
Outros ativos circulantes	1	2	31.155	34.468
Total	**38.001**	**1.507**	**368.859**	**311.262**

5. INVESTIMENTOS

	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Investimentos em controladas	320.224	322.426	-	-
Propriedades para investimento	-	-	108.586	99.810
Total	**320.224**	**322.426**	**108.586**	**100.726**

6. PASSIVO CIRCULANTE

	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fornecedores	1	1	44.723	49.760
Obrigações com partes relacionadas	55.126	1.951	85.216	3.442
Outros passivos circulantes	-	-	32.912	27.231
Total	**55.127**	**1.952**	**162.851**	**80.433**

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R$ 131.000.000,00 (R$ 115.000.000,00 em 2024) composto por 131.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

No exercício de 2025 houve o aumento de capital, no valor de R$ 16.000.000,00, mediante integralização de 16.000.000 de ações ordinárias nominativas.

b) Outros resultados abrangentes

Registra as variações no percentual de participação no capital social de sociedades controladas diretas e indiretas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Sócios de
AACRH PARTICIPAÇÕES S.A.
Blumenau – SC

OPINIÃO
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AACRH PARTICIPAÇÕES S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AACRH PARTICIPAÇÕES S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

BASE PARA OPINIÃO
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pois a Administração entende que a sua não adoção prejudica as demonstrações contábeis, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

OUTROS ASSUNTOS

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas, sendo que emitimos o Relatório dos Auditores Independentes datado de 12 de maio de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Blumenau (SC), 25 de maio de 2026.

NUSS, ARAUJO & POLITELO
Auditores Independentes
CRC-SC nº 011.843/O-4

JAIR FRANCISCO NUSS:35179805953
Assinado de forma digital por JAIR FRANCISCO NUSS:35179805953
Dados: 2026.06.03 11:00:29 -03'00'

Jair Francisco Nuss
Contador
CRC-SC nº 15.156/O-5

LEANDRO POLITELO:07797780900
Assinado de forma digital por LEANDRO POLITELO:07797780900

Leandro Politelo
Contador
CRC-SC nº 37.447/O-9